

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE GOIÁS: MEMÓRIAS DE UM ESPAÇO DE FORMAÇÃO, LUTAS E HISTÓRIA

Wolney Rodrigues Ferreira

Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos

Elias Paes de Araújo

Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos

Marco Antônio de Carvalho

Instituto Federal Goiano – Campus Posse

Resumo: O presente estudo tem como objetivo, resgatar momentos e fatos históricos da Escola Família Agrícola da Cidade de Goiás – Efago, desde o início das primeiras movimentações em 1989 até seus aspectos teórico-metodológicos na atualidade. Busca ainda explicitar os processos didático pedagógicos da Unidade Escolar e como seu trabalho reflete na formação do integral do estudante, através da proposta da Pedagogia da Alternância. Trata-se de um estudo das ações educacionais administrativas e pedagógicas, que foi realizado através de revisão de documentos da Efago e que foram embasados por livros e artigos publicados sobre a Unidade Escolar. O resultado evidenciou que a Efago, ao completar seus vinte e nove anos de existência, tem um papel essencial para a vida e o futuro dos estudantes camponeses, pois, vincula o estudo com a realidade e busca a promoção da transformação dos sujeitos onde está inserida e além disso, ainda promove a formação profissional para que os mesmos possam atuar em suas unidades familiares levando e trazendo conhecimentos acerca de suas próprias experiências.

Palavras chave: Educação do Campo. Efago. Pedagogia da alternância.

Introdução

O modelo de educação voltado para o campo no Brasil historicamente sempre privilegiou a educação urbana, voltada para as elites e para o mercado capitalista, quase nunca acessível para a população do campo e, quando assim o era, nada tinha que contemplasse suas especificidades.

[...] a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e uma educação que seja no e do campo. *No*: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; *Do*: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2002, p.18).

Dentre as formas de Educação no e do Campo, conforme Caldart (2002) afirma, implantadas com o propósito de construir e articular valores, saberes e a cultura dos povos do campo, a Escola Família Agrícola surgiu como uma alternativa para mitigar o êxodo rural e formar, de modo integral o estudante proveniente das comunidades campestres. Sua prática educacional valoriza os saberes oriundos das práticas sociais, com uma proposta metodológica pensada para esta população objetivando assim não só a sua permanência no campo, mas, também a compreensão de sua importância para a desconstrução de valores outrora atribuídos à população campestre, de forma estereotipada e pejorativa, bem como a construção de um sujeito protagonista de sua própria história.

Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, é uma escola como toda escola deveria ser. Se ela reconhece e ajuda a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que ela participa do processo de humanização da sociedade, respeitando os direitos humanos de toda comunidade escolar é porque ela reconhece, valoriza e luta pelos seus sujeitos: o campesinato, como cada escola deve conhecer e valorizar o seu (MILITÃO, 2016, p.119).

Sendo assim, este estudo teve como objetivo o resgate do processo histórico da implantação da primeira Escola Família Agrícola em Goiás, sob a égide dos movimentos sociais do campo e para o campo, que buscaram incessantemente como proporcionar uma educação do campo de qualidade, que atendesse aos seus interesses, mantivesse seus filhos na unidade familiar e resgatasse a cultura e os saberes do seu povo, dando-lhes o respeito e o reconhecimento necessários.

Traz ainda a riqueza da formação por alternância presente não só em espaços pedagógicos formais, mas, também em espaços não-formais e informais, valorizando e enriquecendo a formação integral e, com isso, fortalecendo os saberes empíricos.

O estudo foi realizado em forma de análise e revisão documental de relatórios da Unidade Escolar, juntamente com o embasamento de pesquisas que trouxeram a importância da historicidade e representatividade da Efago para a comunidade local.

1. A Efago e sua história.

Não é a prática por si mesmo que gera conhecimento. No máximo permite estabilizar e fixar certas rotinas. A boa prática, aquela que permite avançar para estágios cada vez mais elevados no desenvolvimento profissional, é a prática reflexiva. Quer dizer, necessita-se voltar atrás, revisar o que se fez, analisar os pontos fortes e fracos de nosso exercício profissional e progredir baseando-nos em reajustes permanentes. Sem olhar para trás, é impossível seguir em frente (ZABALZA, 2004, p.137).

Ao iniciar este artigo, pretende-se refletir a importância do olhar para o passado, para as memórias, para os espaços a fim de se contar uma história de lutas e de superação. Para que, com isso, seja possível construir uma nova história. Assim acontece com este artigo, que busca resgatar, através de documentos um pouco da história da primeira Escola Família Agrícola do Estado de Goiás, idealizada e construída na antiga capital do Estado.

A Cidade de Goiás, fundada no século XVIII pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, foi a primeira cidade do Estado a ter um projeto de Assentamento do Incra, o Assentamento Mosquito, em 1986. Até a atualidade, conforme dados do Incra (2020), o município de Goiás conta com 24 Assentamentos, sendo este o maior número de assentamentos da Superintendência Regional de Goiás – SR 04.

Com a expansão da população rural, desde a criação dos primeiros Projetos de Assentamentos (PAs), Nascimento (2007) afirma a necessidade de escolas que atendessem, não só a demanda por vagas, mas por uma educação voltada para as necessidades e desafios da população do campo, que no presente trabalho trata-se de uma população de famílias que “*permeiam entre assentados, agricultores familiares e assalariados rurais*” (MILITÃO, 2016, p.85). À medida em que a população do campo foi diminuindo, devido ao êxodo constantemente presente nas famílias dessa população, que viam seus filhos tendo que abandonar suas casas para buscar escola e emprego na cidade, aumentou-se a necessidade de que algo fosse feito para conter essa saída de pessoas que, mesmo tendo escolas consideradas de zona rural, não viam a educação nestes estabelecimentos atenderem aos seus anseios, expectativas e interesses por conhecimento.

Na realidade essas escolas, sempre pautadas na mesma temática, materiais didático-pedagógicos e políticas públicas voltadas para a população urbana, além de não oferecerem uma educação com tais princípios de levar em consideração as suas tradições e singularidades, ainda contavam com professores que nem sempre estavam preparados para tal função, conforme afirma Caldart (2004):

Nesta perspectiva, todos somos de alguma forma educadores, mas isto não tira a especificidade desta tarefa: nem todos temos como trabalho principal o de educar as pessoas e o de conhecer a complexidade dos processos de aprendizagem e de desenvolvimento do ser humano, em suas diferentes gerações (CALDART, 2004, p. 35).

Partindo do sentimento de buscar uma solução para as necessidades locais que, com o início das discussões entre agricultores da região, em 1989 iniciou-se um processo de busca por modalidades de Educação do Campo¹ que fossem voltadas para suas necessidades.

Há de se destacar a importância da Igreja Católica neste movimento, através da atuação da Comissão Pastoral da Terra, mas, especialmente dos Monges Beneditinos, para a criação da EFA²:

Foram os monges beneditinos, especificamente, o Padre Felipe Ledett, falecido em 1996. O Mosteiro de Goiás está ligado à Abadia de Tournay, na França, que fica em uma região onde existem muitas experiências das chamadas *Maisons Familiales Rurales*. Os monges franceses que se encontravam no mosteiro de Goiás sabiam da necessidade de uma educação alternativa e específica para os camponeses, porque conheciam a realidade francesa e sua proposta chamada Pedagogia da Alternância (NASCIMENTO, 2005, P.189).

O grupo, composto por camponeses e agentes de pastoral da Igreja Católica, visitou o Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo (Mepes) e as Escolas Família Agrícola da região com a intenção de analisar se aquela modalidade atendia às suas necessidades e, com isso, reforçou-se ainda mais a necessidade de uma escola que não só suprisse a necessidade de atender às suas particularidades, mas que, também, pudesse proporcionar a permanência do jovem no campo.

De 1989 até 1992, conforme Nascimento (2007) houve uma intensa mobilização para que se alcançasse a população de assentados e moradores das comunidades rurais de forma a esclarecer sobre a importância da EFA e as vantagens que ela traria para a comunidade da região. Além disso, o início da década de 90 marca também o começo da extinção da maioria das escolas localizadas nas zonas rurais e a movimentação dos governos para transportar os alunos destas áreas para os centros urbanos, que conforme Pietrafesa (2006), foi a causa da maioria de migração das famílias do campo para a cidade.

No dia 12 de junho de 1992, foi criada a Associação de Pais e Alunos da Escola Família Agrícola de Goiás - Efago, com a aprovação dos Estatutos sociais em Assembleia Geral. Nessa assembleia de fundação participaram sessenta e seis pessoas, de onze Comunidades/Associações rurais (Efago, 2019).

Nesse período, continuaram as visitas em todas as Comunidades rurais para explicar o objetivo e funcionamento da EFA, sobretudo explicando e discutindo a Pedagogia da

¹ Expressão que somente passou a ser utilizada oficialmente em 2010, conforme Decreto 7.352 – 04/11/2010.

² Escola Família Agrícola.

alternância. Em abril de 1993 a Associação comprou um terreno de 7,2 há, para a construção e implantação da EFA. Em maio, houve Assembleia da Associação para decidir a construção do prédio através de mutirões. A construção foi concluída em julho de 1994. Enquanto isso, o ano letivo já havia se iniciado em um prédio emprestado pelas Freiras Dominicanas, a Escola Lar São José, e também houve a aprovação do projeto pela Solidariedade Internacional das Maisons Familiares Rurales (SIMFR) (Nascimento, 2007).

Os pilares da Efago se baseiam na premissa do fortalecimento da Associação dos Pais e Alunos, Educação Integral do Jovem, Pedagogia da Alternância e o seu Desenvolvimento Sustentável, tendo como proposta a “resistência histórica ao processo de expansão do capitalismo no campo” (NASCIMENTO, 2007, P.191).

2. A Efago na atualidade

2.1. Aspecto político pedagógico

Atualmente, a Efago conta com Ensino Médio Profissional Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia, visando o fortalecimento da agricultura familiar. A unidade trabalha na proposta da Pedagogia da Alternância, que leva, para além da dimensão do repasse de conhecimento, as várias dimensões do aprendizado:

Não obstante, este curso se insere em um novo paradigma socioambiental, baseado na matriz política e produtiva da Agroecologia. Permitindo, neste sentido, garantir trabalho para a juventude camponesa em suas comunidades e, ao mesmo tempo, o fortalecimento dos diferentes territórios camponeses (EFAGO, 2019, p. 5, 6).

Complementarmente, o Projeto Político Pedagógico da Efago traz em sua proposta que:

A permanência e a sobrevivência no campo, dar-se-á quando se reconhecer que, pode-se ter no meio rural, maiores chances de sobrevivência com as mesmas ou melhores qualidades de vida que o homem e a mulher do meio urbano têm. E ao mesmo tempo mostrar que na interdependência existente entre cidade e campo, o pão só é possível chegar à mesa urbana através do resultado do trabalho do camponês/a (EFAGO, 2019, p. 4).

Sendo assim, visa ressignificar a imagem do homem e da mulher do campo como sujeitos de sua própria história, protagonistas de seu destino e que possam interagir com o mundo e a sociedade em que vive, levando em consideração seus aspectos pessoais, afetivos, religiosos, políticos, sociais e comunitários.

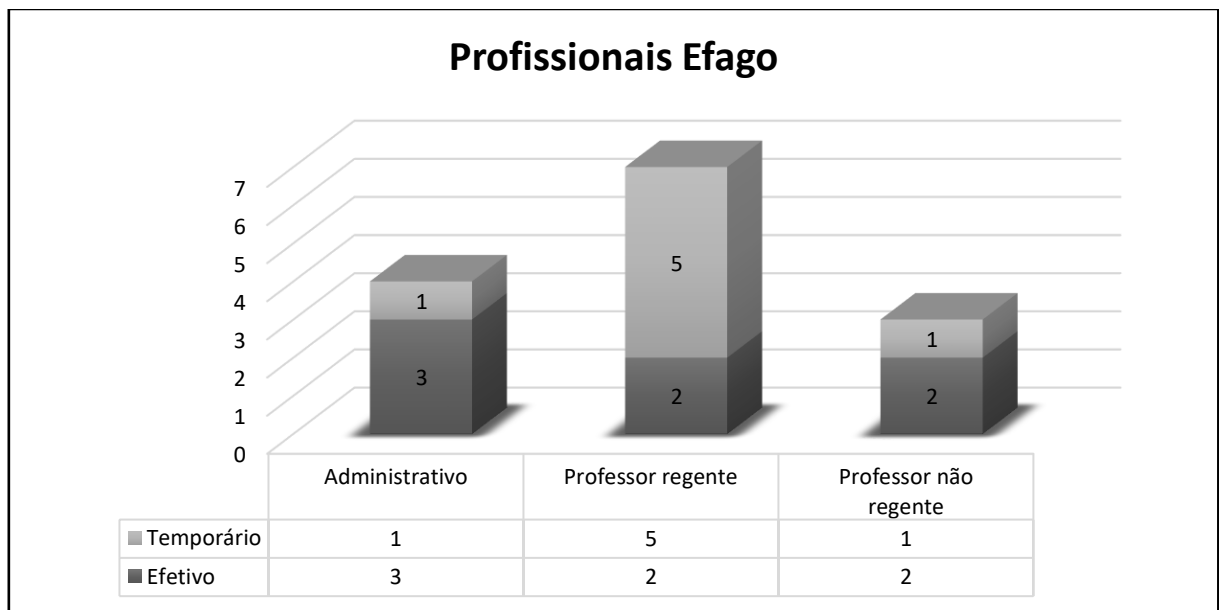
Para Caldart (2004) os aspectos político-pedagógicos necessitam estar vinculados a uma formação humana de concepção de campo, com políticas públicas que possam garantir o acesso

universal à educação, com um projeto de educação dos camponeses e não para os camponeses, trazendo os movimentos sociais como sujeitos ativos dessa concepção de educação, vinculando sua matriz pedagógica com seu trabalho e sua cultura, valorizando a formação de seus educadores e tendo a escola como um dos principais objetos da Educação do Campo.

2.2. Aspectos humano e físico-financeiro

Atualmente a Efago conta com quatorze profissionais distribuídos em diversas funções, conforme dados disponibilizados no portal Goiás 360 da Secretaria de Estado da Educação. Contando assim com a seguinte distribuição, conforme gráfico 1:

Gráfico 1 - Profissionais Efago

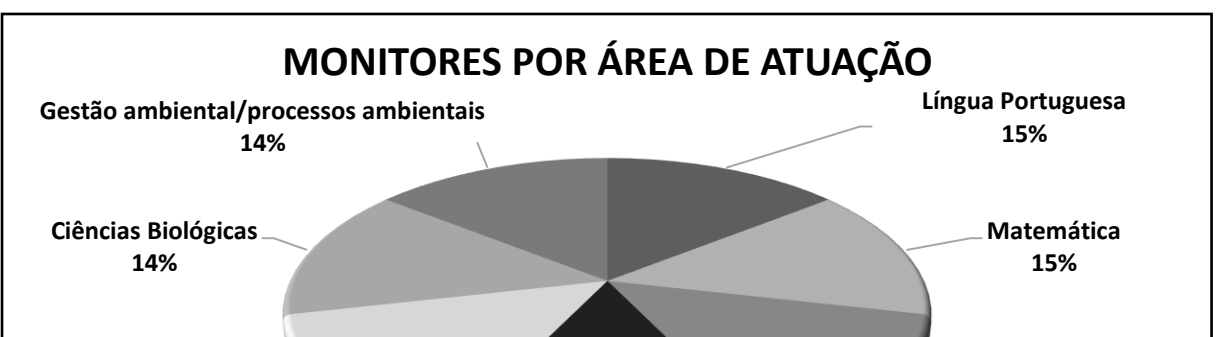


Fonte: Goiás 360 – Elaborado pelo autor (2021).

Com base nos dados apresentados, percebe-se que os profissionais se dividem entre servidores efetivos da Secretaria de Estado da Educação (Seduc) e servidores em contrato temporário que, em sua maioria são os profissionais de áreas específicas do ensino profissional.

Os monitores, que de acordo com Gimonet (2018, p.20), “têm uma função e papéis bem mais amplos que aqueles ou de um professor”, ou seja, são formadores de fato, são compostos por sete profissionais em diversas áreas, sendo que as especialidades, conforme o gráfico 2, se dividem em:

Gráfico 2 - Monitores por área de atuação

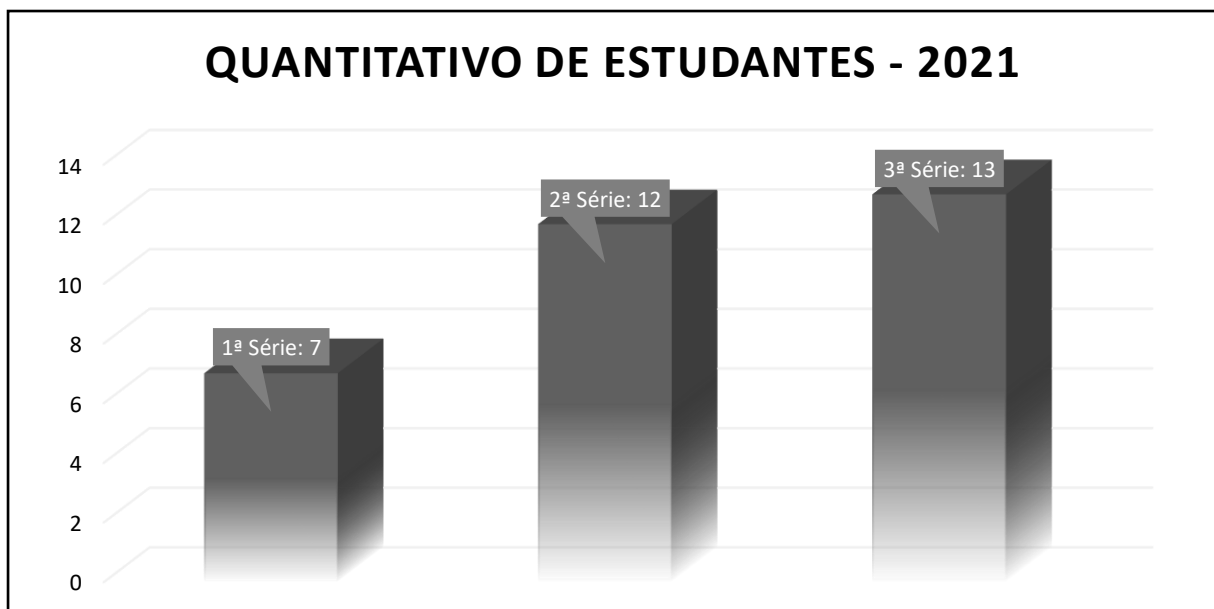


Fonte: Goiás 360 – Elaborado pelo autor (2021).

O monitor, muitas vezes advindo dos egressos dos cursos voltados para a Educação do Campo, tem a função de acompanhar todo o processo educativo e evolutivo do estudante, seja na escola ou na família, cuidando de seu bem-estar físico e social.

Em relação aos estudantes, a escola conta com trinta e dois estudantes, distribuídos em três séries do Ensino Médio Profissional – Técnico em Agropecuária, conforme gráfico 3:

Gráfico 3 - Quantitativo de Estudantes - 2021



Fonte: Goiás 360 - Elaborado pelo autor (2021).

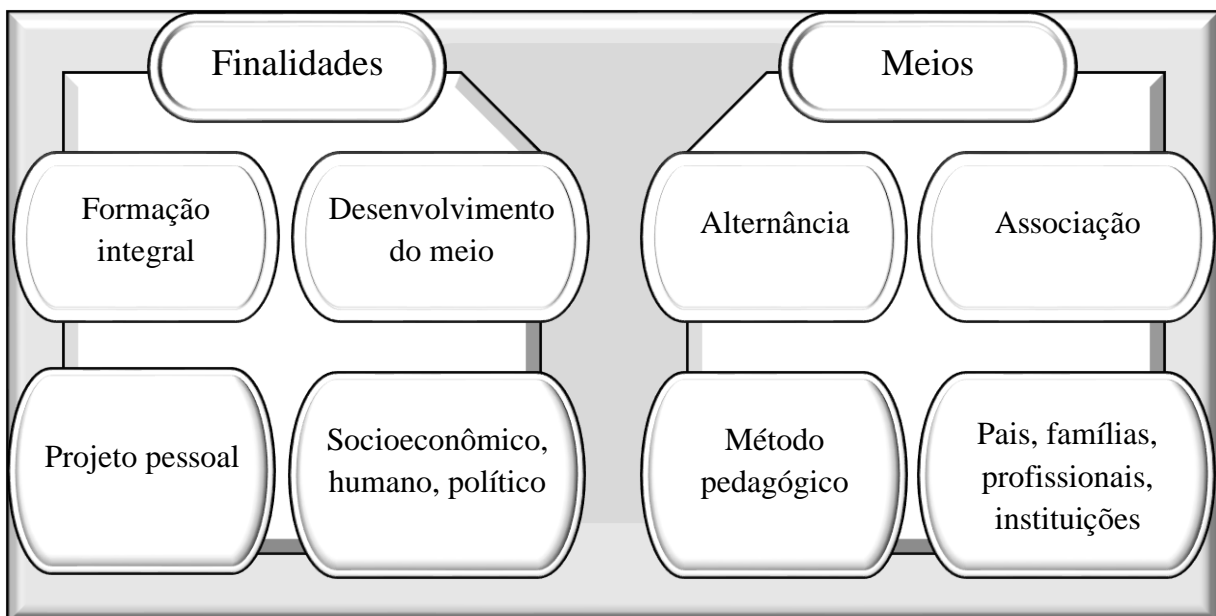
Em sua estrutura de recursos humanos, a unidade escolar conta com o convênio com a Secretaria de Estado da Educação, que garante o corpo docente e parte do corpo administrativo. A prefeitura da Cidade de Goiás fornece combustível para o abastecimento do transporte de estudantes e monitores. E, em se tratando da alimentação e manutenção dos estudantes e monitores na unidade, durante a sessão escola, esta é mantida pelos próprios familiares e

servidores de forma voluntária. Mas, conforme descrito no relatório da Efago, há problemas de carência de materiais, recursos humanos e, principalmente, financeiros, visto que a unidade, mesmo sendo considerada privada, não cobra mensalidades de seus estudantes e associados, que possam subsidiar novas aquisições ou uma melhor estruturação do espaço. No que tange à instalação física, conforme relatório e visita presencial realizada, está em boas condições e constitui-se de um “grande laboratório para a formação dos educandos” (EFAGO, 2019).

2.3. Aspectos pedagógicos e metodológicos

As EFAs, conforme aponta Giomnet (2018), citando a organização de Puig Calvó (2005), são organizadas, invariavelmente, com base em quatro pilares, sendo que dois destes pilares sustentam as finalidades e outros dois sustentam os meios, que igualmente e totalmente se relacionam para a organização dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs). Assim, sua disposição segue a seguinte representação:

Figura 1 - Pilares dos CEFFAs



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A proposta metodológica da Efago se baseia na Pedagogia da Alternância, que tem como base estrutural a Ação – Reflexão – Ação, ou seja, utiliza-se a observação da prática, com base em uma reflexão teórica, para o aprimoramento da prática.

Se, por um lado, o conceito de Pedagogia da Alternância é simples e de fácil memorização, por outro, sua materialização prática é complexa, demorada e exige muita dedicação por parte do tripé que compõe a Escola Família Agrícola [alunos, pais e professores] (PIETRAFESA, 2006, p.12).

Pietrafesa (2006) traz esta observação, pois, para a alternância acontecer e se mostrar efetiva na formação integral do estudante, tanto a escola como a família precisam caminhar, se sustentar e buscar soluções em conjunto para a ampliação das relações pedagógicas entre o aprendizado acadêmico, adquirido na escola, e o aprendizado prático e intencional, que se dá na unidade familiar e na convivência em sociedade presente nas interações nos espaços de convivência social e cultural. Nascimento (2007) ainda afirma que:

O tesouro da Efaço e das EFAs espalhadas pelo Brasil são os instrumentos pedagógicos da Alternância. Na verdade, a Efaço e as EFAs realizam a educação nas três dimensões possíveis: a educação formal – escola -, a educação não-formal – as práticas educativas realizadas na comunidade e na sociedade – e a educação informal, na família (NASCIMENTO, 2007, p. 195)

Tanto a sessão Escola, que compreende o regime de internato, onde o estudante permanece por duas semanas na unidade escolar, como a sessão Família, que é o regime chamado de visitas técnico-pedagógicas, onde o estudante fica em sua unidade familiar e é acompanhado pelos monitores, realizadas nas outras duas semanas, seguem as orientações gerais e normativas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN n.º 9.394/96, da Secretaria de Estado da Educação e do Conselho Estadual de Educação quanto ao calendário e organização escolar.

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (BRASIL, 1996).

O calendário escolar é organizado pelos monitores e aprovado pela Secretaria de Estado da Educação, levando-se em consideração as particularidades locais e conforme o Parecer CNE/CEB n.º 01/2016, que estabeleceu os dias letivos e a normatização das atividades para a aplicação da Pedagogia da Alternância nos CEFFAs. De acordo com a LDBEN (1996), no que compete ao calendário, em seu Art. 23, inciso 2º, é assegurado à Unidade Escolar que “O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei”.

No que se remete às ações e atividades formativas, proporciona-se ao estudante o incentivo a participações em atividades de cunho formativo, interativo e social, tanto dentro

como fora do recinto educacional. Uma das características marcantes da luta dos estudantes camponeses da região é a participação em mutirões de caráter pedagógico e educacional “Servem muito bem como elementos para provocar a reflexão com vistas a desenvolver o espírito sócio participativo, do trabalho em equipe, de superação do ego-individualismo, do estímulo à relação eu-outro-outro-eu” (EFAGO, 2019, p.13).

A articulação entre comunidade e associação, monitores e estudantes, juntamente com os órgãos de educação responsáveis, é essencial para que a proposta metodológica da EFA possa de fato contribuir para a formação integral dos jovens camponeses. Sem essa articulação, a intenção e objetivo da Pedagogia da Alternância não se farão concretos e muito menos eficazes.

Escolas como as EFAs não permitem refletir a partir de seus próprios processos pedagógicos e seu formato, como eles podem contribuir para atender às demandas de outras regiões carentes de uma proposta metodológica voltada especificamente para a população do campo. Ainda há muito a se discutir, ainda há muito a se aprofundar, e como afirma Caldart (2004, p. 48) “esta é uma reflexão que deve continuar”.

Considerações

Ao resgatar a história da Efago, através da análise de documentos, pode-se destacar que sua existência continua deixando um grande legado no que diz respeito à formação integral do estudante. Desde sua fundação, a história já mostra que as lutas dos movimentos sociais, da comunidade escolar e da comunidade camponesa, são propulsoras para que o jovem estudante entenda seu papel no desenvolvimento social de sua própria identidade. O resgate de valores faz parte da educação que se almeja para os estudantes que ali estudam e, que para além disso, buscam contar a história daqueles que iniciaram este projeto.

A Educação do Campo demanda construir um perfil de educando capaz de refletir, analisar, fazer valer seus direitos, ser sujeito da sua própria história, respeitando seu passado, e com isso, construindo seu futuro através do resgate de sua cultura e o que significa viver no campo com dignidade.

Dessa forma, pode-se concluir que a Efago constitui um exemplo de instituição para a formação do jovem camponês, pois, sua formação educacional está vinculada à realidade e busca promover a transformação no meio em que está inserida.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Ministério da Educação, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Política de educação do campo e Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA**. Decreto 7.532, Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7352.htm. Acessado em 03/04/2021.

CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **Por uma educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2002. Disponível em: <https://seminarionacionallecampo2015.files.wordpress.com/2015/09/vol-4-educac3a7c3a3o-bc3a1sica-do-campo.pdf>. Acessado em: 03/04/2021.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (Orgs.); **Por uma Educação do Campo**, Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2004.

EFAGO. **Projeto Político Pedagógico** – Escola Família Agrícola de Goiás. Associação de Pais e Alunos da Escola Família Agrícola de Goiás, 2019.

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**; tradução de Thierry de Burghgrave – Petrópolis, RJ: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural, 1ª reimpressão, 2018.

MILITÃO MOREIRA, Dorcelina Aparecida [manuscrito]: **A educação do campo, a luta pela terra e a (re)produção camponesa no município de Goiás – GO**. Dissertação (mestrado em agronegócio) – Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia (EA), PPG em Agronegócio, Goiânia, p. 188. 2016.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. Novos atores políticos em formação: princípios educativos da EFA de Goiás na construção da cidadania e da inclusão social. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de; NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. (Coord.). **Educação na alternância**. Goiânia, Editora da UCG, 2007.

PESTRAFESA, José Paulo. Escola Família Agrícola: um espaço de inovação educativa no meio rural. **Linhas** (UDESC), v.7, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1335/1144>. Acessado em 30/01/2021.

ZABALZA, Miguel Angel. **Diários de aula**: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Sobre os autores:

Wolney Rodrigues Ferreira

Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica pelo PPG – Profetp – IF Goiano – Campus Morrinhos. Professor na Secretaria de Estado da Educação de Goiás – Goiânia/GO – Brasil. E-mail: wolney.profept@gmail.com

Elias Paes de Araújo

Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica pelo PPG – Profetp – IF Goiano – Campus Morrinhos. E-mail: eliaspaesdy@gmail.com

Marco Antônio de Carvalho

Doutor em Educação pela PUC Goiás/Pós – Doutor em Educação pela Universidade Autônoma de Barcelona - UAB – professor do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – Profetp – IF Goiano – Campus Morrinhos. E-mail: marco.carvalho@ifgoiano.edu.br